

CPI - PREVENÇÃO DE DESLIZAMENTOS EM ENCOSTAS

30.11.2023

* * *

- Abre a reunião a Sra. Fabiana Bolsonaro.

* * *

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prevenção de Deslizamentos em Encostas, constituída com a finalidade de investigar quais as políticas públicas que foram adotadas e quais deverão ser aplicadas para a prevenção e o tratamento técnico das áreas de deslizamento de encostas. Registro a presença dos deputados Bruno Zambelli, deputado Donato, deputado Dr. Jorge do Carmo, deputada Ediane Maria e esta deputada que vos fala. Solicito ao secretário a leitura da Ata da última reunião.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pela ordem, presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Pela ordem, deputado Bruno Zambelli.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Eu peço para não fazer a leitura da Ata, dispensar a leitura da Ata.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura, permaneçam como se encontram.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de: 1) Tratar dos itens da pauta; 2) Ouvir a convidada Dra. Patrícia Oliveira, defensora pública do Estado de São Paulo; e 3) Tratar de outros assuntos de interesse da CPI. Item 1, Ordem do Dia, pauta requerimento para votação. Os requerimentos 1 e 2 são de minha autoria, portanto, por força do Regimento, passo a Presidência ao deputado Donato.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Donato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - O requerimento da deputada Fabiana Bolsonaro, o Requerimento nº 2.392, de 2023, requer a realização de diligência da CPI nas obras executadas pela atual gestão, com vistas à prevenção de deslizamentos na cidade de São Paulo, mencionadas pelo Sr. Marcos Monteiro, secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - Siurb - na reunião de 05/10/2023.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerrada a discussão, a votos. Os deputadas e deputadas favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Próximo item, também da deputada Fabiana Bolsonaro, é o Requerimento nº 2.393, de 2023. Requer, nos termos regimentais, que seja feito o convite ao Sr. Reinaldo Iapequino, presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, para que compareça a esta CPI ou indique um técnico com a finalidade de representá-lo e preste esclarecimento sobre as ações estratégicas em áreas de risco adotadas pela companhia, com o objetivo de propor uma solução habitacional definitiva e segura à população que reside em locais que representam perigo iminente aos moradores.

Em discussão. Não há oradores inscritos. A votos. Os deputados e deputadas favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado. Devolvo a Presidência à deputada.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Fabiana Bolsonaro.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Requerimento nº 3, do deputado Donato. O Requerimento nº 2.455, de 2023, requer que seja convidado o Sr. Joel Malta de Sá, coordenador-geral de defesa civil do município de São Paulo, para

que compareça a esta comissão ou indique um representante para prestar informações sobre o gerenciamento de riscos e atendimento a situações emergenciais, as ações relacionadas à prevenção, mitigação, preparação e recuperação de situações de desastres naturais e tecnológicos do município de São Paulo.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Oitiva da convidada...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Pela ordem, deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Sra. Presidente, eu sei que nós vamos ouvir a Dra. Patrícia aqui, mas antes, porém, gostaria de começar a dialogar com V. Exa. e com os nobres pares. Nós aprovamos aqui nesta CPI um requerimento de minha autoria - que foi aprovado aqui por unanimidade - que tem como objetivo ouvirmos aqui a secretária Natália Resende, que é secretária de Meio Ambiente e Logística.

Foi aprovado aqui e, como ainda não... Vossa Excelência não... Não sei se já convidou, mas se ainda não marcou a oitiva dela, porque é importante que a secretária venha aqui, a secretária Natália Resende. Porque ela é a responsável pela pasta e, sobre esse assunto, já estamos começando novamente o período de chuvas.

A gente já viu alguns problemas seríssimos na cidade de São Paulo e em alguns municípios, e até agora, como V. Exa., pelo que me parece, ainda não agendou, não marcou, eu gostaria de indagar V. Exa. se tem alguma previsão, se é possível a gente aí ouvir a secretária nas próximas reuniões. Porque já estamos hoje no último dia de novembro e adentrando, a partir de amanhã, no último dia deste exercício neste ano, e eu gostaria de perguntar à V. Exa. se tem alguma resposta para esse requerimento, se tem alguma data marcada.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Sim, informamos a secretária sobre a reunião, para agendar. Como a Casa estava agitada nas últimas semanas, acabamos tendo algumas reuniões sem quórum. Por isso, ela acabou não vindo

ainda, mas a gente pode avaliar, conversar com ela novamente para ver a possibilidade de ela vir até aqui.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Oitava da convidada, a convidada Dra. Patrícia Oliveira, defensora pública do Estado de São Paulo. Convido a Dra. Patrícia Oliveira a ocupar um lugar à esta Mesa para iniciarmos a oitava. Enquanto nossa convidada ocupa o seu lugar à Mesa, vou fazer a sua apresentação.

A Dra. Patrícia Maria Liz de Oliveira é defensora pública do Estado de São Paulo, especialista em direitos humanos pela Faculdade Cers em 2021. Possui graduação em direito pela Faculdade Promove, em 2009. Titular da 2ª Defensoria de São Sebastião. Atualmente desenvolve suas atividades junto à administração superior como assistente da 3ª Subdefensoria Pública Geral, responsável pelas unidades do interior do estado.

Ex-defensora pública do Estado da Bahia. Compôs o Comitê de Crise para a gestão da tragédia de fevereiro em São Sebastião, como representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Seja bem-vinda.

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Obrigada. É um prazer estar aqui hoje, representando a Defensoria Pública, para falar um pouco sobre a nossa atuação desde o início da tragédia lá em fevereiro até os dias atuais, visto que continuamos ainda com uma série de demandas e atuações relacionadas a esse evento.

Bom, o primeiro ponto foi quando aconteceu, então, em 18/19 de fevereiro, em São Sebastião, aconteceu uma chuva em proporções não estimadas - considerando que em uma noite choveu o equivalente ao total de chuvas do ano inteiro - em um local específico do município. A costa sul foi a mais afetada, onde a gente tem diversos bairros.

O bairro onde tiveram mais vítimas fatais foi a Vila do Sahy, onde houve 64 mortes, e mais uma morte em Ubatuba. A partir da situação da catástrofe, os acessos ficaram comprometidos. então, o primeiro passo da Defensoria Pública foi viabilizar um atendimento da forma que era possível às pessoas que foram afetadas.

Então, já de imediato ao acontecido, a unidade teve as suas portas abertas, com atendimento tanto presencial quanto virtual, para oportunizar às pessoas que não conseguiam se deslocar encaminharem as suas demandas. E, imediatamente, sobre a

liberação das vias que ficaram obstruídas, a Defensoria Pública se mobilizou através de um grupo de trabalho para que a gente pudesse ir até o local.

Então, a gente tem uma unidade móvel. Foram reunidos os defensores da própria unidade, somos quatro defensores que atuam em São Sebastião, então, foi necessário que nos reuníssemos enquanto um grupo de trabalho formado pelos nossos núcleos especializados e, através desses núcleos, com cada um em sua área, foi feito um plano de trabalho para atuação.

No primeiro momento, através de um mutirão que foi realizado na Vila do Sahy, em frente ao Instituto Verdescola, a ideia era que a gente estivesse no local para entender quais demandas surgiriam e como a Defensoria Pública poderia atuar. Nesse primeiro momento, apesar de estarmos no local, o cenário era praticamente um cenário de pós-guerra, então, as pessoas ainda estavam sem um abrigo definitivo, ocupando ali alguns abrigos provisórios, escolas, o próprio Verdescola, com o acesso também comprometido.

Então, esse primeiro momento foi mais para a gente poder mapear, de fato, o que tinha acontecido e como poderíamos nos organizar melhor. A partir desse primeiro cenário, identificamos a necessidade de visitarmos todos os abrigos provisórios que foram oferecidos, que eram escolas.

Então, passamos aí por esses locais para entender quais necessidades da população não estavam sendo atendidas, tanto com relação ao abrigo humanizado quanto à alimentação, ao acesso à água potável, aos traumas que foram ali sofridos e a quais eram as medidas a ser tomadas a partir desse primeiro abrigo. Nesse primeiro momento, havia uma grande desinformação da população sobre o que aconteceria nos dias seguintes.

A equipe, de fato, do município era uma equipe pequena para atender uma catástrofe com essas dimensões, então, foi necessária uma força tarefa de todos os lados para que se pudesse tornar possível o mínimo de atendimento para essas famílias. Essas são algumas imagens dos primeiros momentos também.

Bom, então, o primeiro ponto foi a escuta qualificada, a escuta da população atingida para entender quais eram as principais demandas. Pensou-se numa estratégia de aplicação também de um questionário padrão para mapear quem eram essas vítimas, tanto origem, raça, gênero, para que a gente pudesse também ter um atendimento especializado.

Do perfil das famílias aqui atingidas, 79% das famílias se identificaram e se autodeclararam como negras, 72% como mulheres, 63% das famílias tinham em sua composição familiar crianças e adolescentes e 94% das pessoas atendidas nesse primeiro momento declararam ter renda inferior a três salários-mínimos, ou seja, era o público-alvo da Defensoria Pública.

Nesse primeiro momento, houve uma preocupação tanto com relação à identificação do abrigo provisório e quais seriam as medidas de abrigo definitivo para essas famílias. Porque também se instaurou um outro problema: o abrigo em escolas impediu que as aulas fossem retomadas.

Era um abrigo que era emergencial, mas, claro, não tinha ali uma estrutura mínima para atender aquelas famílias. Ali se desencadeou também uma série de outros problemas, como violência doméstica, como situações também de abuso. E as chuvas continuaram, então, havia o trauma de que essas famílias estavam abrigadas ali e, nesse momento, também não havia um atendimento psicológico para essas famílias.

Então, havia a necessidade de estabelecer um plano de trabalho para que essas pessoas fossem removidas das escolas e encaminhadas para abrigos provisórios mais adequados, para que pudessem também retomar as aulas das crianças que estavam sem as aulas. Então, as principais demandas que surgiram...

As principais demandas que surgiram nesse momento foram a prorrogação do abrigo, porque, a partir desse abrigo provisório, posteriormente, pensou-se em levar essas famílias para as pousadas que haviam sido ali, com o movimento, prejudicadas por conta da tragédia, que foi no meio do Carnaval. Então, pensou-se que essas famílias ficariam mais bem atendidas nesses espaços.

Então, o que aconteceu foi que havia um número menor de pessoas abrigadas nas escolas, e essas pessoas quando foram transferidas para pousadas acabaram aumentando esse número. Então, mais de 1.000 pessoas foram para pousadas nesse abrigo e, a partir daí, também a Defensoria começou a atender nas pousadas.

Inicialmente íamos no período da manhã, depois identificamos que muitas pessoas saíam para trabalhar e passamos a ir no período da noite, para encontrar essas famílias e mapear as demandas. Além disso, havia uma demanda pela necessidade de classificação do risco e laudo das residências.

As famílias saíram das suas casas num primeiro momento, porque as casas estavam alagadas, foram para os abrigos, mas depois havia a necessidade de identificar se essas casas estavam ou não comprometidas, se elas poderiam não retornar para as

suas casas. Então, não havia ali, inicialmente, um planejamento para que todas as casas fossem laudadas, fossem avaliadas individualmente, e a partir do trabalho da Defensoria em conjunto com o município, foi possível que a Defesa Civil - pelo menos das pessoas que estavam abrigadas - fizesse essa avaliação das residências antes que elas retornassem.

Havia uma necessidade de desocupar essas pousadas, mas, para que isso fosse um retorno seguro, havia a necessidade de que essas pessoas tivessem o mínimo de respaldo com relação à avaliação das suas residências. Então, esse foi um pleito que chegou muito à Defensoria em decorrência do risco que as pessoas tinham, o temor que elas tinham em retornar para as suas casas, sem uma avaliação da estrutura das suas residências.

Um outro ponto também envolvia a questão de que duas escolas, tanto a municipal quanto a estadual, foram atingidas pelos deslizamentos e as aulas ficaram suspensas. Então, a Defensoria Pública também atuou para que houvesse um planejamento de reestruturação de retomada das aulas junto à Secretaria de Educação, para que as aulas não fossem integralmente interrompidas e, mesmo com a retomada de forma híbrida, para que houvesse um planejamento de reconstrução da escola atingida.

E depois de algumas negociações, foi possível também um planejamento para a construção de uma nova escola que ainda está em andamento. A atuação da Defensoria Pública teve uma mudança significativa a partir do momento que ela passou a compor o comitê de crise. Até então, a gente buscou a produção dos nossos dados e a informação pelos meios tradicionais, como expedição de ofícios e requerimentos, não era viável, porque as pessoas estavam todas em campo.

Aguardar simplesmente que a resposta chegasse não era um meio viável, então, passamos a produzir esses dados e, conseqüentemente, quando passamos a compor o comitê de crise, conseguimos ali estar acompanhando as demandas in loco e propor medidas efetivas de mudanças que pudessem atender essas famílias em tempo real. Então, a gente identifica essa participação como fundamental para a construção tanto de políticas públicas quanto de propostas efetivas para essas famílias que estavam ali abrigadas.

A partir dessa articulação que foi feita tanto com o governo do Estado quanto com o Município, foi possível solucionar boa parte das demandas de forma extrajudicial. Foi pensado também na construção de uma central de conciliação na Defensoria Pública, na unidade, onde a gente pudesse tratar alguns casos que não foram resolvidos

anteriormente e trazer soluções concretas com todos os atores envolvidos de forma célere para aquelas famílias.

Também se pensou na atuação em educação e em direitos, considerando que a temática é extremamente complexa e que as famílias, até o momento, ainda sofrem com a falta de informação. Então, houve também uma mobilização da Defensoria Pública junto com a nossa ouvidoria e os movimentos sociais, para que pudéssemos levar informação, acompanhar e fortalecer, inclusive, as associações de bairros.

Há uma falta de organização entre os bairros, não há movimentos e associações muito fortes, então, a população acaba ficando enfraquecida para a exigência dos seus pleitos a médio/longo prazo. Então, a gente se preocupou também em levar informação às pessoas e construir algumas pautas conjuntas com a população bairro a bairro, para que eles possam se organizar e, em contrapartida, conseguirem de fato acompanhar as mudanças que vão ser implementadas, opinar efetivamente na construção dessas mudanças e continuar exigindo que essas mudanças sejam efetuadas.

Em paralelo também, pensou-se - isso está em andamento - num mapeamento através de alguns questionários que envolvem a apuração tanto de danos materiais quanto de danos psicológicos. Uma escuta qualificada da população para que a gente possa identificar também uma década de violações de direitos em decorrência dos constantes alagamentos que ocorrem na região.

Então, ouvir essas famílias e identificar o quanto essas situações impactam na formação dessas famílias no dia a dia, na construção de suas vidas, para que a gente possa também trazer um estudo mais qualificado. Simplesmente não um ajuizamento de uma ação sem que haja um embasamento teórico, mas um estudo prático que possa subsidiar pedidos que envolvam a reparação dessas famílias também nesse aspecto.

Com relação ao mapeamento dos riscos, as áreas atingidas no município são 21 áreas de risco, que já existiam antes mesmo da tragédia. Dessas 21 áreas de risco mapeadas no PMRR - o Plano Municipal de Redução de Riscos - de 2018, havia a identificação de áreas de risco 1, o risco baixo, e risco 2, com pouquíssimas áreas de risco 3, o risco médio.

Posteriormente à catástrofe, essas áreas foram reclassificadas por uma avaliação prévia da Defesa Civil em áreas de risco 3 e risco 4, alto e altíssimo. Em decorrência dessa situação, apurou-se a necessidade de implementação de obras de contenção e obras emergenciais que pudessem minimizar os impactos de um novo período de

chuvas, bem como a necessidade de reassentamento de algumas famílias, tendo em vista que parte dessas áreas são áreas que já foram identificadas como comprometidas.

Então, em um novo período de chuvas, qualquer chuva que ultrapasse o limite médio do que é estimado no município pode levar a uma nova tragédia. Então, a partir disso, a Defensoria Pública também atuou fazendo uma recomendação ao Município, ao governo do Estado e ao governo federal, para que atualizassem o Plano Municipal de Redução de Riscos, tendo em vista que o cenário atual é diferente do que o cenário que existia em 2018, um cenário mais agravado.

Então, nesse contexto, há uma necessidade de que esse trabalho fosse feito. Por isso, a Defensoria Pública não só fez a recomendação, mas também fez reuniões, levou alguns defensores que têm uma expertise nessa área para informar, apresentar a importância desse instrumento e como ele poderia pautar a atuação estratégica, tanto com relação às obras de contenção que seriam feitas quanto identificar quais seriam as áreas prioritárias para a realização dessas obras.

Com isso, seria possível dimensionar e organizar um cronograma de atuação antes do próximo período de chuvas. Apesar das recomendações, o PMRR ainda não foi atualizado, ainda está em trâmite essas tratativas com os institutos que farão essa atualização. Foram feitos alguns outros estudos em paralelo, mas não o PMRR. E também iniciaram algumas obras de contenção, mas também sem uma apresentação completa, para a população local, do planejamento do que seria feito a logo prazo para essas regiões.

Então, com relação a medidas estruturais e não estruturais, o foco da Defensoria Pública foi: atendimento emergencial das famílias atingidas nesse primeiro momento e, em paralelo, conscientizar e demonstrar a importância do planejamento a médio/longo prazo com relação ao Plano Municipal de Redução de Riscos e a realização de medidas estruturais que possam não só minimizar os riscos existentes, mas também evitar que uma nova tragédia aconteça na região.

Também foi feita a expedição de uma série de ofícios à Defesa Civil Municipal, para a compreensão da sua estrutura com relação aos profissionais que ali atuam e com relação aos equipamentos que esses profissionais possuem para que possam de fato atuar em uma situação complexa como essa. Identificou-se que a estrutura existente ainda é insuficiente, tanto que na época foi necessário o suporte de outras Defesas Cíveis - tanto do estado quanto de outros estados - para possibilitar que houvesse, então, laudos de todas as casas.

Mas, mais do que isso, uma estruturação com relação a profissionais com formação que possam garantir que as avaliações sejam feitas, de fato, por profissionais habilitados. Então, também em paralelo, há uma atuação da Defensoria para que essa estruturação aconteça.

Inclusive, depois dessa atuação, foi contratado o primeiro engenheiro para compor a Defesa Civil Municipal, para compor a equipe. Mas, além disso, há outros pontos também que podem ser aprimorados para garantir uma equipe suficiente, para que eles consigam, de fato, prestar um atendimento nos portes que um evento como esse seria necessário.

Através (Inaudível.) que foram feitos do ponto de vista emergencial, conseguiu-se identificar abrigamentos provisórios mais adequados para essas famílias. Então, hoje nós temos 300 famílias abrigadas no Condomínio Quaresmeira, em Bertioga, um abrigo que seria pelo tempo de oito meses, até que o abrigo definitivo fosse concluído.

Além dessas famílias, há 72 famílias abrigadas na Vila de Passagem, na Topolândia, e também há algumas famílias em uso de aluguel social. Outras famílias retornaram para as residências, mesmo com algumas avaliações de comprometimento, ou ainda estão nas casas de amigos ou parentes.

Um abrigo provisório, então, hoje, se resume a esses que foram mencionados. Um abrigo definitivo que foi ofertado, 704 unidades habitacionais em construção em Maresias e na Baleia Verde. Sobre essas unidades habitacionais, a construção se deu num prazo mais reduzido.

A previsão inicial era a de entrega de algumas unidades agora no mês de outubro e, com alguns atrasos, a obra está prevista para conclusão e entrega de todas as unidades habitacionais até o mês de dezembro. Essas unidades, esse número reflete o levantamento inicial que havia sido feito das famílias que tiveram as suas casas condenadas, seja estruturalmente, com as casas já tendo sido atingidas pelos deslizamentos ou que estejam em vias de ser atingidas em caso de um novo período de chuvas.

Então, calculou-se esse número e se chegou à construção dessas unidades habitacionais para o abrigo dessas famílias. Através da atuação extrajudicial, foi possível que algumas demandas judiciais fossem evitadas, todas foram solucionadas do ponto de vista extrajudicial.

Demandas por aluguel social, demandas que envolvem o fornecimento dos laudos individualizados, o retorno das aulas nas escolas atingidas e também, de certa forma, a indenização por danos materiais, tendo em vista que boa parte das famílias abrigadas provisoriamente receberam alguns itens de kit linha branca ou doações que puderam compor/recompôr - parcialmente pelo menos - os danos materiais sofridos. Está bem?

Pensando em toda essa atuação e na complexidade que ela se revelou, poder mandar atuações nos diversos núcleos da Defensoria, como o núcleo de direitos da criança e do adolescente, o núcleo dos direitos humanos e o núcleo de diversidade e igualdade racial, a Defensoria Pública também atuou se preocupando com as comunidades tradicionais. Então, houve reuniões com as comunidades de pescadores, houve também uma atuação junto ao (Inaudível.) indígena existente em Rio Silveira, que faz a divisa entre São Sebastião e Bertiooga.

Então, pensou-se em quantificar e em testar o suporte às comunidades tradicionais, às populações indígenas, para identificar o quanto elas foram afetadas pela situação da catástrofe de fevereiro. Pensando nisso, a Defensoria Pública não só consolidou a ideia de manter a central de conciliação para que possa eventualmente tratar essas demandas, mas continua no fortalecimento da população para que haja uma participação popular mais efetiva, para que eles possam influir nas políticas aplicadas, porque esse é um ponto sobre o qual eu vou comentar mais para frente e que ainda precisa ser aprimorado.

Bom, na parte final, o projeto ainda não foi finalizado, porque ele ainda está em andamento, então, a gente pensou em concluir através de um relatório final da atuação. O que a gente pode concluir é uma atuação no aspecto emergencial. A médio e longo prazo, há ainda inúmeras demandas que precisam atendidas da população, principalmente o acesso à informação e a entrega das habitações definitivas, bem como a realização de obras de contenção para as pessoas que vão permanecer nessas áreas atingidas.

Então, não se pode falar ainda que finalizou a atuação da Defensoria Pública na região, porque a gente continua atuando constantemente junto à população. Bom, o que a experiência São Sebastião para a Defensoria demonstra é a importância de uma atuação estratégica, uma organização institucional para que haja grupos de trabalho de todas as áreas na instituição, que possam cada um contribuir com a sua expertise em situações complexas. O diálogo foi fundamental para a construção de algumas políticas.

A busca ativa também da população foi fundamental, considerando que a Defensoria Pública ainda busca levar a informação do conhecimento do que é a instituição e do que ela pode fazer pela população em termos de garantia de direitos. Então, não basta que a gente pare a van e espere que as pessoas venham até a Defensoria, é necessário que a gente busque ativamente essa população, leve a informação constantemente e, a partir desses encontros, mantenha isso de forma contínua, para que as pessoas possam confiar na instituição e possam ali buscar também os seus direitos a médio/longo prazo.

Os mutirões são fundamentais, considerando principalmente a dimensão do território de São Sebastião. Temos ali quase 100 quilômetros de extensão de orla, a Defensoria Pública fica, a unidade, no centro de São Sebastião, a aproximadamente 50 quilômetros do local onde foi mais atingido. Então, para possibilitar que essas famílias não precisem se deslocar até a unidade para serem, elas podem ser atendidas tanto de forma virtual quanto através dos mutirões que são feitos in loco.

Além disso, a instituição, a partir da necessidade de atuação também em demandas que envolvem questões climáticas - e considerando que são situações que tendem a ocorrer com maior frequência nos próximos anos - também tem pensado numa mudança institucional na criação do seu plano de expansão, na criação de uma coordenação temática que envolva a “justiça climática” e possa também prestar suporte aos defensores que tenham que lidar com situações semelhantes, para que essa organização que foi feita, esse trabalho que foi feito em São Sebastião possa ser replicado.

Se necessário, espera-se que não aconteçam, mas acontecendo situações parecidas, que se possa ter uma organização mais facilitada, uma atuação em termos de coleta de dados, (Inaudível.) para construir, de fato, soluções mais céleres que possam atender a população. Bom, inicialmente, é esta a apresentação, mas me coloco à disposição também para eventuais esclarecimentos e dúvidas que tenham com relação à situação em São Sebastião. Obrigada.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Muito obrigada, Dra. Patrícia Oliveira. Agradeço a atenção e o pronto atendimento do nosso convite. Em meu nome e dos demais membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, reitero nossos especiais agradecimentos por sua compreensão na reunião anterior e disposição em estar aqui novamente no dia de hoje.

Foi um prazer tê-la conosco, o depoimento foi muito esclarecedor e contribuirá enormemente para que esta CPI atinja sua finalidade. Quero combinar com a nossa convidada e os nobres deputados para que sejam feitas todas as perguntas e, ao final, a Dra. Patrícia Oliveira responda. Porque às vezes uma pode ser a mesma que a outra, não é? Aí no final ela esclarece todas. Passo a palavra para a manifestação dos Srs. Parlamentares presentes que queiram se inscrever e fazer uso da palavra.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Pela ordem, deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Eu gostaria de me inscrever.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Maravilha. Está inscrito.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, Sra. Presidente. Eu quero mais uma vez aqui agradecer e parabenizar a Dra. Patrícia Oliveira pela sua explanação, que foi muito rica do ponto de vista de esclarecimento das ações dessa instituição brilhante que o estado de São Paulo tem e que o Brasil tem, em especial o estado de São Paulo, que é a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Eu sou advogado e o defensor é um advogado que, com muito estudo e muito esforço, a partir do concurso público, tornou-se aí um defensor público que faz um trabalho brilhante, eu tenho profundo respeito por essa instituição. Dra. Patrícia, pode ser que algumas das minhas perguntas V. Sa. já tenha até abordado, mas eu vou mencionar aqui porque algumas são muito parecidas com as outras, aí eu queria que V. Sa. ao final, se puder respondê-las...

Se não tiver respostas prontas também, se a presidente assim determinar, podemos recebê-las depois. Vamos lá, a Defensoria ainda tem recebido pedidos de atendimento dos cidadãos que se consideram não assistidos pelo poder público em seus direitos fundamentais?

Que são os direitos que a doutora até mencionou aqui, que são aqueles problemas que, através da desinformação e da vulnerabilidade das pessoas que foram atingidas por

essa questão, certamente, ainda tem diversos problemas lá para serem resolvidos. Outra pergunta é: se for verdade, quantas famílias procuraram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo em função de terem perdido a sua moradia e não terem sido atendidas por uma política habitacional emergencial?

A doutora também falou ali de alguns programas que estão aí em andamento, mas também a gente não tem uma expectativa de previsão, pelo menos eu não tenho essa informação aqui na CPI. Se isso é verdade, quantas famílias procuraram a Defensoria de São Paulo em função de terem as suas moradias em áreas de risco e que almejam realocação? Ou seja, elas precisam de realocação. Quantas são? Se é que existe esse dado.

Outra pergunta é: quantas famílias procuraram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo em função de tratamento de saúde e que foram devidamente atendidas pela rede de saúde dos três municípios? Ou seja, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. Quantas famílias procuraram a Defensoria Pública do estado de Estado de São Paulo em função de precisarem do fornecimento de água potável e ainda não foram atendidas?

A gente sabe que esse é um problema sério quando tem essas catástrofes e, depois para recompor as redes de água, os riscos de contaminação são muito grandes, então, faz-se necessário ter um atendimento emergencial. Quantas famílias procuraram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo em função de precisarem de apoio financeiro decorrente das perdas humanas e materiais da referida tragédia?

Apoio humano é diverso, pode ser de saúde e pode ser também material, do tipo recursos financeiros. Existem outras demandas de atingidos, tais como oportunidades de trabalho, crédito emergencial, vagas em escolas, vagas em creches, reconstrução de vias de acesso, obras de contenção das encostas ou outro tipo de intervenção do poder público que ainda não foram atendidas?

Imagino que os destroços foram muito grandes, não é? A tragédia foi grande e, por isso, certamente, teve um desmando lá. (Inaudível.) Qual foram as providências? Se é que elas existem e certamente existem. É possível consolidar um quadro de demandas não atendidas por município - dos três municípios daquela região - da população atingida pela tragédia dos deslizamentos das encostas nos dias 18 e 19 de fevereiro que procuraram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo?

Como a senhora avalia o perfil socioeconômico - já até respondeu - acho que o perfil socioeconômico é de pessoas bastante vulneráveis, não é? Mas sobre o perfil socioeconômico das pessoas atingidas, as pessoas que perderam as suas vidas eram

residentes do litoral norte? Podemos afirmar que, juntamente com os setores mais vulneráveis, a população foi a que teve maior prejuízo humano e financeiro?

Aí concluindo aqui, é possível dentro do organograma da Defensoria do Estado de São Paulo a criação de uma unidade de fiscalização, de monitoramento exclusivo para atender as pessoas moradoras das áreas de risco mapeadas nos Planos Municipais e Estaduais de Redução de Riscos? Você falou um pouco sobre o plano aí.

E, por fim, é possível implantar um site de transparência de áreas de risco, na página da Defensoria, informando as ações, as providências tomadas pontualmente pela Defensoria? Por exemplo, a antecipação de prevenção nos períodos de chuva, para amenizar os riscos da vida das pessoas que ocupam as áreas mapeadas, e assim cobrar dos gestores públicos programas de ações e prevenções dos abrigos.

São muitas ações e eu sei que muitas delas transcendem não à atuação, não à vontade, e sim, à competência administrativa da Defensoria. Mas certamente a gente precisa, nós precisamos, tanto este Parlamento quanto a Defensoria nas suas atribuições, cobrar dos gestores públicos providências, e a gente sabe que estão chegando aí novas chuvas e, possível e lamentavelmente, podem acontecer outras tragédias.

A notícia, por fim, é a de que a prefeitura vai remover lá uma quantidade grande de famílias. Tem um planejamento para isso? Essas famílias foram cadastradas? Tem um relatório? Se a doutora pudesse comentar sobre essas diversas perguntas, eu gostaria de obter as respostas para esta CPI. No mais agradecer e parabenizar a V. Sa. pela brilhante exposição aqui nesta CPI, e a gente espera que a conclusão seja as providências que são necessárias. Obrigado.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Muito obrigada, deputado. Mais algum deputado gostaria de inscrever? Ou deputada? Então, vamos passar agora para as respostas da doutora.

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Obrigada pelas perguntas, deputado. Acho que eu vou conseguir esclarecer mais alguns pontos aqui que inicialmente não tinha comentado. Bom, com relação às demandas de direitos que a Defensoria Pública recebeu de pontos ainda não atendidos, a gente pode... “não atendidos” parcialmente, do ponto de vista de que alguns pontos aqui vão ser mencionados.

Mas, primeiro, sobre reparações materiais e imateriais às pessoas atingidas. Então, do ponto de vista material, como eu mencionei, houve um esforço coletivo para a entrega de alguns itens, mas ainda é possível se falar na definição e fixação de uma indenização pelos danos, por décadas de perdas das famílias, não é?

Não só por conta desse evento em específico, mas por anos anteriores de alagamentos ocorridos nessas áreas de risco e que medidas estruturais não conseguiram evitar essa situação climática. Mas os danos a essas famílias existem, então, a nossa atuação é para mapear, inclusive, do ponto de vista... fazer um recorte desses levantamentos, dessas perdas.

A gente já iniciou isso através de um mutirão, que foi feito recentemente na Vila do Sahy, para que as pessoas possam quantificar ali, ainda que de forma mais geral, quais foram os danos materiais sofridos. Esse é um ponto sobre o qual a gente ainda está em atuação, mas é um ponto que ainda não foi atendido 100%, está bem?

Um outro ponto também é que a gente tem recebido alguns pedidos pelo subsídio integral da unidade habitacional que vai ser entregue. Então, várias famílias questionam, porque construíram ali por anos as suas residências e investiram todo o esforço do seu trabalho na construção das suas casas, e ainda que sejam casas em áreas de risco, muitas dessas casas inclusive as pessoas pagam IPTU.

Então, mesmo considerando que foi praticamente impossibilitado que as pessoas ali residissem, elas têm e tiveram um custo para construir as suas residências, então, muitos não aceitam, por mais que recebam uma unidade habitacional segura e documentalmentemente regularizada, que tenham que custear por 30 anos um financiamento desses apartamentos, porque já tiveram ali as suas casas perdidas. Há também alguns pleitos pela reavaliação dos imóveis atingidos.

Há aqueles que sequer foram avaliados, porque se priorizou aqueles que foram inicialmente prejudicados, e há pessoas também que retornaram para as suas casas e questionam aquela avaliação inicial. Sobre o acesso à informação, acho que é o primeiro ponto, as pessoas questionam muito de que são apenas comunicadas posteriormente, de que elas não participam efetivamente das decisões e de que não há uma informação ampla do “pós-vir”.

Normalmente, elas são comunicadas sobre o que vai acontecer naquele momento, então, esse é o principal ponto que a gente sinaliza como um ponto que precisa de muitos aprimoramentos. Esse acesso à informação envolve, no que tange a PCDHU,

apresentar o projeto urbanístico que foi feito para a região, o plano de macrodrenagem, o plano de reassentamento.

Então, sobre tudo isso que já está em construção, que eles mencionam que já foi feito e já está pronto, a população ainda não teve de forma ampliada e efetiva o acesso a esses documentos, o que gera muita desinformação. Então, facilitaria muito se as pessoas tivessem acesso prévio a esses documentos, para que possam optar conscientemente pelas medidas que serão mais adequadas para a amenização desses riscos.

Um outro ponto também que chegou até a Defensoria, mas que envolve algumas instituições não-governamentais, foi o acesso a alguns cartões de entrega de recursos, que foram destinados tanto pelo Verdescola quanto pela Gerando Falcões. Então, foi feito um cadastramento prévio de algumas famílias e entregue alguns cartões com recursos financeiros, e famílias que ficaram de fora dessas entregas também procuraram a Defensoria Pública para entender quais são os critérios de entrega desses recursos e como eles poderiam ser incluídos.

Então, da primeira pergunta, acho que um apanhado geral seria essas demandas que ainda continuam chegando para a gente. Com relação à quantidade de famílias atendidas pela política emergencial, inicialmente, nas pousadas a Defensoria Pública atendeu mais de 600 pessoas. Depois foi feito um mutirão em Bertiooga, em que 85 famílias foram atendidas, e depois nos mutirões feitos na Vila do Sahy e em outros bairros também mais de 300 famílias.

Então, a gente quantifica que mais de 1.000 pessoas foram atendidas pela Defensoria Pública nesse aspecto do atendimento emergencial habitacional. A outra pergunta foi com relação às famílias em áreas de risco. Divididas nos diversos bairros atingidos, é possível quantificar em torno de, pelo menos, 2.000 pessoas residentes em áreas de risco.

Então, aqui a gente vai incluir a Vila do Sahy, Juquehy, Boiçucanga, Camburi, Pantanal e Esquimó, que são alguns bairros também que comumente são esquecidos na hora de identificar ali as áreas que foram atingidas, são inclusive bairros com um atendimento bem precário em termos de infraestrutura, em que as pessoas também foram fortemente atingidas e tiveram que retornar para as suas residências. Além desses bairros, a Topolândia e a Itatinga, que ficam mais próximas do centro e fogem um pouquinho desse recorte da costa sul, também teve algumas ruas que foram atingidas.

Havia ali, inclusive, pleitos anteriores a tragédia, de infraestrutura para essa região, que não foram implementados, o que acabou também agravando a situação com as chuvas. Sobre o acesso à saúde, que foi a outra pergunta, diretamente a gente atendeu duas famílias que apresentaram ali questionamentos com relação ao acesso ao atendimento médico.

Então, teve um caso em que o paciente tinha convulsões, precisava de uma transferência e também de um atendimento, que depois com a intervenção foi realizado. Um ponto que a gente estima que ainda não foi solucionado de forma efetiva foi o atendimento psicológico dessas famílias.

Então, a estrutura municipal já não dava conta da população em termos desse tipo de atendimento antes da tragédia, e posteriormente o que a gente vislumbra são atendimentos pontuais, muitos feitos inclusive pela iniciativa privada. Então, por parte dos poderes públicos, ainda não foi ofertado de forma efetiva atendimento psicológico a todas as pessoas atingidas pela catástrofe.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Está interligado... É só porque está interligado com a questão da saúde...

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Da saúde mental?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Da saúde mental...

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Inclusive...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Saúde no âmbito geral.

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Exatamente. Inclusive, foi agravada pela situação, então, as pessoas estão traumatizadas. Todas as vezes em que chove, tem pessoas que têm crises de pânico; questões que envolvem também tentativas de suicídio; famílias que perderam familiares.

Então, todo esse aspecto ainda precisa ter um atendimento mais efetivo. Por isso, a gente focou também nossa atuação envolvendo essa escuta dessas famílias para também quantificar não só do ponto de vista material e financeiro - de uma reparação em termos de uma indenização - mas também possibilitar que haja uma recomendação

ou, ao menos, uma ação judicial que possa estruturar o atendimento mais efetivo do ponto de vista da saúde mental a essas famílias. Está bem?

Sobre um outro ponto que envolve acho que o acesso à água potável, a maior parte dos bairros em São Sebastião, principalmente da costa sul, já não contavam com o fornecimento de água tratada pela Sabesp. Então, ali muitos desses bairros eram atendidos pela água da cachoeira.

Então, com o deslizamento, essa água acabou ficando prejudicada, barrosa. Com as pessoas abrigadas provisoriamente, o município recebeu muitas doações de água para fornecer, mas as pessoas tiveram que voltar. Então, muitas acabaram voltando para as casas sem ainda ter água potável disponibilizada.

Então, a gente passou a ter uma atuação também para que isso fosse viabilizado, pelo menos de forma paliativa, até que tivessem medidas estruturais efetivas. Em alguns bairros, foram instaladas algumas caixas d'água pela Sabesp em trechos desses bairros, porque normalmente o acesso que era oferecido era na rodovia, então, as pessoas tinham que descer ali um escadão ou um morro para buscar na rodovia a água e depois não conseguiam subir para as suas residências carregando essa água.

Então, eles instalaram algumas caixas d'água no meio do caminho para possibilitar esse acesso. Atualmente, na Vila do Sahy, já há uma atuação da Sabesp que impulsiona essa infraestrutura, mas há bairros ainda que não contam com esse tipo de fornecimento de água tratada e continuam, sim, com o acesso limitado, não integralmente, mas com essas medidas ainda paliativas.

Sobre a busca na Defensoria em termos de pessoas que perderam familiares, diretamente nós atendemos duas famílias que perderam familiares na tragédia. Então, uma foi durante o atendimento nas pousadas, que buscou orientações gerais de como poderia buscar algum tipo de reparação, mas essa família não retornou para um atendimento posterior.

E diretamente uma família que nos procurou e já há uma medida em desenvolvimento para o ajuizamento de uma demanda de reparação a essa família. Agora, em termos de perdas materiais, a gente estima que a gente tenha atendido mais de 1.000 pessoas. Muita gente, praticamente todo mundo perdeu alguma coisa na tragédia, se não foi uma questão de perda de vida, de familiares, acabou perdendo algum bem material por conta do alagamento.

Outras demandas que você mencionou não-atendidas - eu fui anotando aqui - com relação ao trabalho, o que foi oferecido foram alguns cursos de capacitação para essas

famílias abrigadas provisoriamente. Inclusive, até estivemos presentes em alguns cursos que foram ministrados na Vila de Passagem.

Foram ofertadas também vagas no (Inaudível.) pela prefeitura para algumas famílias, mas outras medidas mais robustas, que possam atender um número maior de pessoas, ainda precisam ser implementadas. Há várias pessoas que perderam a sua força de trabalho, principalmente em decorrência da mudança do local de abrigamento. A gente tem famílias que moravam na Vila do Sahy e hoje estão em Bertiooga, que talvez não consigam ali manter os mesmos trabalhos que tinham antes. Então...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Só para compreender, esses cartões de benefícios que a doutora mencionou tem a ver com o atendimento dos créditos emergenciais? É algum benefício que venha a atender as famílias assim?

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Não, os cartões foram em relação às doações privadas que foram feitas para ONGs. Então, as ONGs receberam um volume até elevado de recursos financeiros e, em certo momento, resolveram distribuir parte desses recursos.

Então, o Verdescola acho que contratou a FGV para fazer alguns critérios de como distribuir esses recursos, cadastrou algumas famílias e entregou cartões com valores variados. E a Gerando Falcões, da mesma forma, mais recentemente também entregou um cartão de valor menor para as famílias que estão abrigadas provisoriamente, em decorrência das perdas sofridas. Então, são recursos privados, está bem?

Então, em termos de crédito emergencial e de benefícios governamentais, do que a gente tomou ciência foi apenas da existência de um crédito que envolvia o Ministério da Agricultura, para comunidades caiçaras e para os pescadores. Porque envolvia ali alguns pescadores que perderam os itens de exercício do trabalho, precisaram recompor e me parece que foi disponibilizado um crédito para os pescadores, mas foi somente desse que a gente tomou ciência que foi disponibilizado.

Sobre a reconstrução de vias de acesso, sim, até em tempo recorde, então, as vias ficaram obstruídas por pouquíssimos dias e, nas proporções em que a tragédia atingiu a rodovia, foi algo, assim, impressionante mesmo a rapidez de retomada de liberação da pista. Até porque, sem esse acesso, as pessoas ficaram sem qualquer tipo de comunicação, tanto que no início só conseguimos chegar a essas áreas de helicóptero.

No início, nem de barco foi possível chegar, porque a maré subiu, então, as pessoas estavam ali, de fato, ilhadas. Então, foi fundamental essa rápida reconstrução das rodovias. De vagas em escolas, a gente teve duas escolas atingidas, uma municipal e uma estadual, em que ainda hoje as crianças estão em formato híbrido.

Isso porque uma das escolas está sendo reconstruída, parte dela que foi atingida, e sobre a outra eles vão construir uma nova escola, que já está também em desenvolvimento, mas as crianças ainda, de certa forma, não retomaram 100% as aulas presenciais. Está bem?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Só para... Quando falamos sobre “vias de acesso”, não nos restringimos à principal rodovia, que é a Rio-Santos. A gente viu, foi noticiado amplamente pelos meios de comunicação que foi rapidamente desobstruída, bem verdade.

Mas é além disso, e os acessos para as comunidades? Aqueles que... tivemos a catástrofe que aconteceu, eu penso que seria além da principal rodovia, porque a principal rodovia era o interesse que transcendia os interesses das pessoas que foram lá prejudicadas e lá atingidas.

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Sim, em termos dos bairros, ainda hoje há vários locais onde os destroços dos entulhos ainda não foram retirados. Então, houve um início de mobilização para a retirada desses entulhos, até para que, em caso de novas chuvas, esses entulhos não atinjam ali outras residências.

Por parte da população, no início ainda houve uma certa resistência, até mesmo à retirada dos entulhos, porque há um receio de que haja demolições das casas. Então, toda vez que sobe ali um trator para tirar algum entulho, as pessoas não sabem se, de fato, as suas casas vão ser demolidas ou não, e acabam mobilizando para que isso não aconteça.

Então, essa falta de comunicação tem, inclusive, impedido que haja a retirada dos entulhos para evitar complicações que envolvam ali novos deslizamentos. Então, ainda há áreas com entulhos de fevereiro dentro dos bairros atingidos. Com relação às obras de contenção, há algumas obras em andamento, mas tímidas perto do que seria necessário, de fato, para uma contenção em proporções que possam evitar novas tragédias.

Então, como o PMRR ainda não foi atualizado, a gente tem obras pontuais que estão sendo feitas conforme alguns estudos que também não foram apresentados, mas estudos que foram feitos. Então, em alguns locais, na Vila do Sahy, em alguns bairros pontuais, há algumas obras em andamento - na Topolândia também - mas não em todos os bairros atingidos. Está bem?

Sobre um quadro de demandas não-atendidas eu falei um pouco, mas seria o apoio psicológico principal; a habitação definitiva sem nenhum custo; o acesso ao saneamento básico para todos, tanto em termos de filtro de esgotos quanto o acesso à água potável; o acesso à informação principal; a participação popular na tomada de decisões. Indenizações é um ponto que ainda está em construção e as obras de contenção de forma mais robusta.

Sobre o perfil socioeconômico eu falei um pouco. Dentro das vítimas fatais, a gente tinha alguns turistas, de fato, era um período de Carnaval, muitas das casas ali na Vila do Sahy o pessoal também tinha como renda, então, alugavam quartos. Então tinha muita gente de fora, mas a população que reside ali é uma população de baixa renda, a que foi atingida do outro lado da rodovia.

Percebe-se um nítido “racismo ambiental” nesse contexto, essas famílias são a mão de obra que atende os grandes condomínios que estão do outro lado da rodovia. Essa mão de obra, em sua maioria, é formada por migrantes, tanto que a Vila do Sahy recebe o nome de “Vila Baiana”, mas isso não significa que não são pessoas que ali residem.

A gente tem um público sazonal, que acaba se mudando para a região nos períodos de temporada, mas a grande maioria que ali... tem pessoas que residem ali há décadas, em decorrência de serem essa mão de obra e estarem próximas dos locais onde trabalham. Então, esse perfil é formado, sim, em sua maioria, por pessoas negras, pessoas de baixa renda, muitas mulheres ali com famílias populosas, com várias crianças.

Inclusive, essas mães se sentiram ali ainda mais atingidas, do ponto de vista que tiveram que retomar os trabalhos e os filhos permanecem em casa sob constante situação de risco. E se chover de novo? Minha casa... eu entendo que a gente a construiu numa área de risco, mas o que pode ser feito para minimizar esses impactos?

Então, é esse o público que foi ali atingido, está bem? Com relação à Defensoria, em termos estruturais, a Defensoria Pública ainda precisa se expandir para chegar aos locais onde ela não consegue atender. Há um planejamento de expansão da instituição

para que a gente consiga a criação de cargos que vão atuar na (Inaudível.) coletiva, que possam atender essas famílias - inclusive de locais onde a gente não tem uma sede instalada - para garantir o direito à habitação e entre outros direitos fundamentais que são normalmente violados.

Então, isso já está no nosso plano de expansão que está em construção. E, para além disso, como eu mencionei, a criação de uma coordenação temática dentro do núcleo de direitos humanos, que possa lidar constantemente em termos de atuação estratégica, organização do trabalho, mapeamento dessas áreas de risco, identificação de locais onde não há um plano de emergências climáticas que possa ser implementado.

Então, o foco da instituição é, inclusive, mudar a sua política interna para lidar com demandas tão complexas e tão necessárias como essas, que atingem as pessoas em todos os níveis dos direitos fundamentais. Tivemos ali, naquele contexto inicial, direitos da criança e do adolescente sendo violados, o direito à moradia, o direito ao acesso à água, o acesso à educação, então, são múltiplos direitos que envolvem.

Se a gente tiver um único defensor para atuar naquela demanda, não vai ser possível que ele consiga dar conta de toda essa gama e essa complexidade que envolve uma tragédia como essa. E com relação ao site de transparência, acho que faltou um pouco de pernas para isso, mas a gente tem já um projeto interno para que a gente possa disponibilizar.

A gente disponibilizou na época um canal no nosso site para o encaminhamento das demandas, então, as pessoas podiam ali noticiar eventuais violações, sugerir pontos de atuação. Mas a ideia que tem de construção é, de fato, de um canal aberto no nosso site, que possa trazer ali informações, manter as pessoas atualizadas sobre aquilo que tem sido feito em São Sebastião - que foi no nosso caso um paradigma - mas tentar construir algo que possa ser replicado também em outros locais. Acho que é isso.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Deixo agora o final para as considerações finais dos deputados, caso queiram. Deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Sim, presidente, ouvimos atentamente aí as minhas perguntas, mas sobretudo a explanação inicial e a explanação das

respostas. Fico um tanto preocupado e penso que esse relato, esses problemas que ainda constam lá, essa questão da desinformação, essa questão da saúde, da falta de estrutura, ou seja, de infraestrutura para atender os programas que ainda perduram lá, acrescenta-se a isso o risco que existe iminente de acontecer novamente naquele lugar e em outros, faz-se necessário que essas informações constem no relatório.

O nosso deputado relator desta CPI não está hoje na reunião, o deputado Capitão Telhada, mas peço a V. Exa. que faça chegar o nosso relator, porque é importante que conste no relatório essa preocupação, que acredito que seja de todos os deputados e deputadas desta CPI. Porque senão a CPI, ela... Qual é o papel dela?

O papel dela é apurar, investigar e apontar o relatório que encaminhe no sentido de que as providências sejam adotadas. Por isso, gostaria de fazer esse apelo, pedir para V. Exa. pedir para o nosso relator constar essas preocupações, que são gravíssimos problemas que ainda existem lá em São Sebastião e podem voltar a acontecer, infelizmente. Obrigado.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Muito obrigado, Dr. Jorge do Carmo. A assessoria do deputado Capitão Telhada está presente, ele acabou não vindo por motivos maiores. Também o deputado Vinícius Camarinha justificou a sua ausência e será informado a ele, sim, essas situações para acrescentar ao relatório final.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Pela ordem, deputada Ediane Maria.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Gostaria de primeiro saudar esta nossa CPI. Quero saudar a nossa defensora Patrícia Oliveira, falar sobre o imenso orgulho de recebê-la aqui e saber o papel fundamental que a Defensoria faz quando entra no caso e quando consegue trabalhar e dar respostas para o povo.

Então, acho que eu não tenho nenhuma pergunta, o meu companheiro aqui já fez várias perguntas, tirou várias dúvidas também que a gente tinha, mas eu queria rememorar o dia que a gente fez, que esta Casa fez uma diligência. Nós saímos daqui e

fomos até São Sebastião para conversar com o prefeito, até para entender a dinâmica de tanta demora ali no socorro de várias famílias.

E ali a gente viu o prefeito, porque, até então, a comunidade e os atingidos não estavam tendo acesso a ele, e a gente conseguiu, naquela diligência, conversar, ver toda uma estratégia, porque eu acho que ninguém esperava também uma chuva de um ano em um dia... em uma noite, na verdade. Bom, mas enfim, naquele dia a gente teve acesso e conseguiu colocar para fazer as nossas perguntas, tirar as nossas dúvidas.

E o que me fez sentir muita falta naquela diligência nossa foi realmente um comitê, realmente os atingidos. Porque eu acho que, quando a gente vai fazer uma diligência, nós enquanto deputados, o nosso papel é intermediar, é trazer a população para que tenha acesso, inclusive, ao próprio prefeito, porque várias demandas surgem a partir do prefeito, do Executivo.

Bom, vendo hoje aqui o deputado, o nosso deputado fez a pergunta muito boa - inclusive era uma que eu iria fazer - sobre as doações das ONGs, porque muita gente estava reclamando. Vieram muitas doações a partir da tragédia que aconteceu, tragédia esta que eu falo que não é uma tragédia, é um crime, porque são relatos e são casos de famílias que estavam ali há muito tempo sofrendo com alagamentos, numa área vermelha, uma área que vai deslizar a qualquer momento.

Ou seja, aquelas famílias estavam ali à mercê da própria sorte, à mercê de tipo: “Ah, não. Então, vamos ver aqui. Vamos medir apenas o termômetro das chuvas”. Ou seja, são várias violações de direitos humanos, aí nós colocamos os direitos humanos. Ou seja, quando a gente vai falar sobre migração, de migrantes que constroem o estado de São Paulo, aí a gente vai colocar aqui o deputado Jorge do Carmo, que é um migrante nordestino, eu sou uma migrante nordestina, nós construímos o estado de São Paulo.

Então, quando a gente se olha nas estatísticas, somos nós que estamos na periferia, somos nós a maioria das mães solo - nos morros - e são essas pessoas que vão sofrer como vítimas das catástrofes “naturais”. “Naturais” porque a gente sabe muito bem que só acontecem com pretos, pobres, mães solo e migrantes que tem que se segregar, abrigar-se no pico dos morros para que consigam, de fato, ter uma habitação e uma moradia digna.

E a gente vê no final do dia que são tão frágeis, porque numa noite a gente perde 40 anos, 20 anos, que é o caso da Vila Baiana - hoje Vila Sahy - em que a gente vê o

trabalho de tanta gente que constrói a cidade, mas que não participa dela, porque a gente tem que ficar ali nas encostas. Então, só queria te agradecer.

Inclusive, o meu mandato fez uma ação judicial, que foi a única que a gente ganhou também, lá na prefeitura de São Sebastião, exatamente para que a gente tivesse o portal da transparência, porque lá não tinha o portal da transparência, deputado Jorge do Carmo. Não existia, Patrícia.

Então, assim, lamentável e vergonhoso. Abriu-se o portal da transparência para que, de fato, a população tivesse acesso aos gastos, para onde estavam sendo demandadas as coisas, só que ainda muito falho. Então, assim, ele colocou apenas o que a gente pediu enquanto mandato, mas que bom que esse cartão está chegando e que bom que os familiares dos atingidos estão conseguindo ter acesso a tantas doações que houve em São Sebastião.

E que de fato a gente consiga estar avançando, então, é por isso que eu quero parabenizar o trabalho da Defensoria, porque com a Defensoria a gente consegue ter acesso, de fato, aos familiares. Está bem? Então, muito obrigada e espero que a gente consiga lutar junto. Coloco-me também aqui à disposição desta CPI, para que a gente consiga lutar junto, deputado Jorge, para que chegue o atendimento psicológico.

Porque só a gente sabe o que é viver uma vida inteira sofrendo violências e a gente não ter acesso à saúde. Parece que psicólogo não é para todos, mas só nós sabemos o quanto nós adoecemos com a rotina do trabalho, com o medo da casa voar, do telhado, da fragilidade mesmo da vida aqui no estado de São Paulo. Então, muito obrigada, Patrícia. Muito obrigada, presidente, por proporcionar este momento aqui tão incrível. Está bem?

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pela ordem, presidente.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Obrigada, deputada Ediane Maria. Com a palavra, deputado Bruno Zambelli.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Um bom dia a todos. Obrigado pela presença de todos, sempre agradecer. Obrigado, Patrícia. Obrigado, presidente. Obrigado, Jorge do Carmo, Ediane e Dr. Donato, que também deu uma saída agora. Na passagem das informações que a Dra. Patrícia passou, ela deixou o ponto da extensão, que foi o que a gente foi lá ver.

Agora, nos casos em que a população procura a Defensoria Pública, você vê que a maioria das pessoas que procuraram não procuraram em São Sebastião - está mais longe lá - foram procurar em Bertiooga, 600 famílias procuraram de Bertiooga. Ela falou que são cerca de 1.000 atendimentos, então, 60 % estão em Bertiooga e o restante está lá na Vila do Sahy, na Topolândia, em Itatinga e naquelas outras regiões.

Então, a gente se atentar também que, daqui a pouco, a receita ou esse cartão de ajuda podem ficar para as pessoas residentes em São Sebastião, mas procuraram lá em Bertiooga. Então, tem que saber que vai ter que ter essa flexibilidade entre os municípios da região lá, não só para São Sebastião, mas também para Bertiooga, para até lá embaixo, na cidade de Maresias e todas as outras cidades para baixo lá. Então, a gente ficar atento só e deixar constar isso aí. No caso da Defensoria Pública, a maioria não foi procurada em São Sebastião, foi procurada em Bertiooga. Se eu me entendi, foi isso.

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Só corrigindo, são 300 famílias que estão em Bertiooga. Aí dessas 300 famílias, elas... Nesses cartões a gente não entrou tanto, a gente deixou mais para o Ministério Público. Mas sobre os cartões, em específico, do Verdescola, dentre os critérios elencados, eles também... as pessoas que estavam Bertiooga também receberam os cartões, só que eles estabeleceram um critério de diferenciação de valores.

Então, eles entenderam que quem estava abrigado provisoriamente já tinha tido algum tipo de atendimento habitacional, então, poderia receber um valor menor, e quem ainda estava na Vila do Sahy, residindo ainda nas áreas de risco, precisava receber um valor maior. Então, eles fizeram um critério de diferenciação de valores com relação ao local onde as famílias estavam.

Isso gerou um certo transtorno ali inclusive, porque o pessoal não aceitava: “Eu estou aqui provisoriamente, mas eu residia também na Vila do Sahy”. Então, foi um ponto de divergência, mas essas pessoas receberam lá. Hoje a gente tem 300 famílias lá em Bertiooga, e a perspectiva é a de que elas saiam de Bertiooga e ocupem as habitações definitivas em construção em São Sebastião, mas por enquanto elas continuam lá.

Então, a gente tem atendido não só com um atendimento itinerante na costa sul, que é a Vila do Sahy, Juquehy e Boiçucanga, como também em Bertiooga no condomínio onde as famílias estão abrigadas, para que as pessoas não tenham que se deslocar. Porque, de fato, considerando o deslocamento do centro até a costa sul, e do centro até Bertiooga, é uma distância considerável.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Só para compreender, o deputado Bruno Zambelli falou que... Mencionou que... Foi isso que eu compreendi, que as 300 famílias lá... Se não são 600 são 300... As 300 que foram atendidas em Bertiooga também eram oriundas de São Sebastião?

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Eram de São Sebastião.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - (Inaudível.)

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - O município é muito comprido.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - É, mas não está... não é...

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - (Inaudível.)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pelo que eu entendi da sua pergunta... O que eu tinha compreendido até então, antes da explicação dela, foi que estavam atendendo outro município e que não eram famílias oriundas daquela tragédia.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Não.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Não é isso, é? Então, elas estavam em Bertiooga, mas eram oriundas da tragédia.

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Eram todas de São Sebastião.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Então, estão dentro do contexto do atendimento para... (Inaudível.)

A SRA. PATRÍCIA MARIA LIZ DE OLIVEIRA - Isso, dentro do que foi oferecido de habitação provisória. Enquanto se aguarda as definitivas, foram oferecidas essas unidades em Bertiooga, que são (Inaudível.) apartamentos, e há 72 casas na Vila de

Passagem com aluguel social. Isso é o que foi ofertado, então, a gente tem as pessoas divididas entre essas opções habitacionais provisórias que foram ofertadas.

A SRA PRESIDENTE - FABIANA BOLSONARO - PL - Prezados colegas deputados, funcionários desta Casa Legislativa, telespectadores da TV Alesp, hoje quero expressar nossa mais profunda gratidão pela presença e importantíssima contribuição da nossa convidada, a Dra. Patrícia Oliveira, defensora pública do Estado de São Paulo. Seu depoimento demonstra seu profissionalismo, competência e profundo comprometimento com a nossa causa.

Parabéns, Dra. Patrícia, pelo belo exemplo que nos deixa. Gostaria também de agradecer todos os deputados e deputadas que compareceram a esta sessão, a presença de cada um de vocês é um reflexo do compromisso que compartilhamos de bem representar o povo paulista, em especial os socialmente vulneráveis e, por isso, mais suscetíveis às dores e aos sofrimentos advindos de eventos extremos.

O período de fortes chuvas se aproxima e, com ele, os desafios relacionados às mudanças climáticas. Olhem, a gente foi à São Sebastião e a gente sabe o que a gente viu, não é? E a falta de investimentos em áreas fundamentais, como o saneamento básico e a habitação, mas esta CPI já está cumprindo o seu papel.

Em recente entrevista veiculada pela Jovem Pan, datada do dia 19 de novembro - o último - o governador Tarcísio de Freitas não só prometeu reforçar a estrutura e auxiliar prefeituras no combate às enchentes, como também destacou que o Estado investirá ainda mais em ações preventivas.

Noticiou ainda os novos investimentos realizados voltados à melhoria dos alertas de Defesa Civil sobre temporais e a entrega recente, no dia 18 de novembro, de um novo radar meteorológico em Ilhabela, no litoral norte, adquirido pelo Governo de São Paulo. O equipamento vai ajudar a monitorar a ocorrência de temporais no litoral paulista.

Além do radar, a Defesa Civil Estadual também vai instalar sirenes de alerta para temporais em áreas de risco. No mês passado, foi homologado e assinado o contrato com a empresa vencedora da licitação para a prestação. Inclusive, o projeto de lei veio do deputado Bruno Zambelli, desta CPI.

Ao todo, o prazo da empresa para a finalização e instalação dos equipamentos é de 120 dias. As sirenes serão instaladas primeiro na cidade de São Sebastião, no litoral

norte. Na sequência, nas cidades de Guarujá, no litoral sul, e de Franco da Rocha, na Grande São Paulo, que também receberão as sirenes.

Tudo isso nos traz muita alegria e a sensação de dever cumprido, pois foram temas tratados nesta CPI, o que demonstra a seriedade deste colegiado. E eu não poderia deixar de agradecer aos nobres colegas desta comissão por todo o apoio e comprometimento. Não obstante, integramos diferentes agremiações partidárias e temos diferentes visões políticas a respeito e à cordialidade, sempre se fizeram presentes entre nós.

À medida que vamos avançando, caminhamos rumo à consecução do nosso objetivo maior, que é salvar vidas. Nossos esforços somados ao árduo trabalho do nosso relator, a quem eu também estendo a minha gratidão e reconhecimento, resultarão - e eu estou absolutamente convencida disso - em um relatório final que auxiliará significativamente nossas autoridades na tomada de decisões embasadas e eficazes diante de eventos extremos.

É essencial que recordemos, neste contexto, as palavras do profeta Isaías, no capítulo 1, versículo 17: “Aprendeí a fazer o bem; entender a justiça; repreender ao opressor; defendei o direito do órfão; pleiteai a causa das viúvas”. Este versículo é um lembrete poderoso da nossa obrigação como autoridades, de nos dedicarmos ao cuidado dos mais necessitados, especialmente em momentos de crise.

Nosso compromisso com a prevenção de deslizamentos e a proteção das vidas dos nossos cidadãos é uma manifestação clara dessa responsabilidade. Por fim, quero expressar a nossa gratidão a todos os presentes, à Dra. Patrícia Oliveira, à TV Alesp, por documentar este importante encontro, e a todos os telespectadores que nos acompanham.

A unidade e a colaboração são essenciais para superar os desafios que temos diante de nós. Com essa visão em mente, continuaremos nossa missão, trabalhando juntos em prol da segurança e do bem-estar de todos os cidadãos do nosso estado. Muito obrigada e que possamos prosseguir firmes nessa nossa jornada. Não havendo mais itens a tratar, dou por encerrada a reunião. Muito obrigada pela presença Dr. Jorge do Carmo, deputada Ediane Maria, deputado Bruno Zambelli, deputado Donato também, e até a próxima reunião. Está encerrada a presente sessão.

Tikinet Edição Ltda.

- Encerra-se a reunião.

* * *